

## Políticas Curriculares e Projetos Educacionais

*Marcos Luis Oliveira da Costa*

### **Gênero e Sexualidades: um tema “atravessado”**

No ano de 2014 muitos estados e municípios brasileiros se debruçaram sobre este tema e a partir dele outros foram cunhados e tomaram o imaginário popular, um deles foi o termo “ideologia de gênero”. O assunto tornou-se tão importante que causou repercussões no Plano Nacional de Educação (PNE), que neste período ainda estava em construção e tramitava no Congresso Nacional (ROSADO-NUNES, 2015).

Em 25 de junho de 2015, a ainda presidenta Dilma Rousseff (PT) sanciona a Lei nº 13.005 aprovando assim o Plano Nacional de Educação (PNE). Não havia nesse projeto qualquer menção aos termos gênero ou sexualidade. A discussão do que a igreja católica e movimentos evangélicos definiram como “ideologia de gênero” determinava o que e como se discutir, e diversidade sexual era um tema que não se devia abordar.

Nesse momento a escola não tinha mais liberdade de tratar desse assunto. Uma fala recorrente era a de que esse não deveria ser um tema para a escola, que “sexo” se aprende em casa, que esse é um assunto para se discutir em família. Nesse momento ignorava-se solenemente que esse tema já constava nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s).

O discurso conservador não estava mais somente na igreja, mas já ocupava o Congresso Nacional e já havia tempo. Em 2005 foi instalada no Congresso Federal a Frente Parlamentar Evangélica (Ato da Mesa da Câmara, nº 69, de 10/11/2005). Ao longo dos anos a bancada vem se ampliando, se fortalecendo e assumindo pautas abertamente

“conservadoras” como o irrestrito combate ao aborto, descriminalização da maconha, direitos da população LGBT, entre outros.

Desde a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (JOMTIEN, 1990) a Organização das Nações Unidas (ONU) vem intervindo mundialmente e principalmente nos países mais pobres no sentido de fomentar a criação de políticas públicas voltadas a educação e direitos humanos. Já nesse documento era sinalizada uma política de “valorização” da mulher como forma de diminuir a discriminação de gênero/sexo, mas não somente isso. Temas como combate ao racismo, discriminação de gênero, erradicação da pobreza, redução do analfabetismo passaram a ser incorporados à agenda dos países mais pobres. O próprio Brasil teve tais temas incorporados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96.

Esses temas passam então a ser uma preocupação para órgãos governamentais e não governamentais, sejam eles favoráveis ou não a tais políticas. As conferências de 1990 (Jomtien), 1994 (Cairo) e 1995 (Pequim) imprimiram o tema do combate às discriminações ao calendário mundial, mas não sem provocar reações. A própria igreja católica passa então a incorporar e discutir tais temas em conferências e sínodos e passa a refutar pública e veementemente o que nomeiam como “ideologia de gênero”. Paralelamente a isso grupos evangélicos reforçam os discursos conservadores contrários à igualdade de gênero/sexo, que passa a ser atrelado à pauta de direitos de grupos minoritários como lésbicas, gays e pessoas transgêneras (CUNHA, 2016). Nomes como Silas Malafaia (líder e pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Vitória em Cristo), o deputado federal “pastor” Marcos Feliciano e as psicólogas Marisa Lobo e Rozangela Justino passam a figurar nacionalmente como símbolos de combate à ideologia de gênero. Dentro do Congresso Nacional passa a se ter uma maior influência de políticos declaradamente cristãos e com um discurso abertamente conservador. Pautas como aborto e direitos LGBT são paralisados.

Não se pode ignorar que este projeto reacionário vem se estendendo sociedade adentro, atingindo religiões e partidos político, mas que não deixa de lançar raízes na sociedade civil por meio de movimentos como o “Escola Sem Partido” (Espinosa e Queiroz in FRIGOTTO, 2017, p. 49). E nesse segmento especificamente, vem demonstrando seu interesse particular em produzir um currículo subjetivo e impor à sociedade um modelo de educação conservadora, onde o professor/educador não seja nada além de um mero reproduzidor de conteúdos programáticos sem qualquer conexão com um pensamento crítico.

### **Sobre o autor:**

Marcos Luis Oliveira da Costa é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação pela FEBF-UERJ e graduado em Pedagogia pela FEBF-UERJ. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil e América Latina (HISTEDBRAL)

### **Referências**

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 146p.

CUNHA, Luiz Antônio. O projeto reacionário de educação. 2016.

Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira/organizador Gaudêncio Rigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP 2017. 144 p.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015 – ISSN 2175-5841

UNESCO. Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos. In: Conselho Executivo, 134ª reunião, ponto 4.2.6. da ordem do dia, Paris, mime., 26 de abril, 1990.